

Hospitais Universitários

Autarquização do HC de Botucatu

CO autoriza reitoria a negociar projeto com o governo Serra. Sintunesp cobra ampliação do debate e defende a manutenção do vínculo dos HUs com as universidades

Na reunião extraordinária do Conselho Universitário (CO) da Unesp, realizada em 9 de dezembro, o ponto mais polêmico foi a proposta de autarquização do Hospital das Clínicas (HC) do campus de Botucatu. O CO discutiu a proposta aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina de Botucatu, no dia 7/8/2009, favorável à transformação do HC numa autarquia vinculada à Secretaria de Saúde do governo paulista.

Os representantes dos servidores ligados ao “Chapão” e os companheiros do Sintunesp presentes à reunião fizeram a leitura de um documento que expressa preocupações sérias com a proposta.

Ao final da discussão, foi aprovada a autorização para que a reitoria da Unesp negocie com o governo os termos da autarquização. Segundo o professor Herman Voorwald, reitor da Universidade, o assunto voltará ao CO antes de ser aprovado em definitivo.

As preocupações do Sintunesp

Da mesma forma que ocorreu na reunião do CO de 9/12, os representantes da categoria expressaram um conjunto de preocupações com a proposta de autarquização do HC em todas as reuniões da Congregação da FM/BO convocadas para discutir o



assunto. A principal reivindicação é que o tema, extremamente sério, seja democraticamente debatido com a comunidade e que caiba a ela a decisão final, fato que não ocorreu. Eles lembraram que a autarquização dos HUs vem sendo pretendida pelo governo estadual há anos.

É inegável que os hospitais universitários (sejam estaduais ou federais) sofrem com a falta de recursos, mas isto é responsabilidade direta do governo, que não prioriza saúde e educação. Portanto, antes de discutir a qual setor estariam vinculados os HUs, seria necessário garantir um aporte suficiente de recursos. Fora do vínculo com as universidades, os HUs não precisariam se submeter a nenhum órgão colegiado e a nenhuma instância universitária. Também não haveria mais empecilhos legais para o sucateamento e a privatização pura e simples dos HU's. Vale lembrar que, recentemente, como divulgou a última edição do *Jornal do Sintunesp*, a Assembleia Legislativa de SP aprovou um projeto enviado pelo governo Serra (já

transformado na Lei Complementar 1.095), que permite a entrega do controle dos hospitais públicos às “organizações sociais”.

A situação dos servidores

É importante que este debate se amplie nas universidades estaduais paulistas e entre seus trabalhadores, para que nenhuma proposta nos seja empurrada goela abaixo. Muitas perguntas precisam ser respondidas antes que o assunto seja definido. Por exemplo, é preciso saber exatamente como ficaria a situação dos servidores com a autarquização. De acordo com o que foi dito no CO de 9/12, os servidores contratados pela Universidade permaneceriam da mesma forma até se aposentarem. À medida em que os cargos forem vagando, não haverá mais contratações pela Universidade. Ou seja, por um longo tempo, teríamos servidores vinculados à Unesp, outros empregados pela Fundação e, ainda, outros contratados diretamente pelo estado. Como seria a política salarial e como seriam garantidos direitos iguais para todos?

O Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e o Fórum das Seis vêm reafirmando ano após ano a sua defesa de que os hospitais universitários sejam mantidos com recursos públicos e diretamente vinculados às universidades.

VI Encontro Estadual da CCM-Iamspe aprova reivindicações

De 26 a 28 de outubro, aconteceu na cidade de Socorro, o VI Encontro Estadual da Comissão Consultiva Mista (CCM) do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe). O tema do encontro foi “CCM 25 anos +5, projetando o trabalho até 2014”. Foram abordados problemas enfrentados pelo funcionalismo em relação ao atendimento hospitalar e médico-ambulatorial aos servidores, dependentes e agregados. As companheiras Rosana A. Bicudo da Silva e Maria Tereza C. de Azevedo, membros da Diretoria Colegiada do Sintunesp, estiveram presentes.



Rosana e Maria Tereza durante o evento

A CCM é uma plenária de entidades do funcionalismo paulista, que milita em prol de melhorias no Iamspe.

Ao final do evento, foi aprovada a “Carta de Socorro em defesa da saúde do funcionalismo público do estado de São Paulo”. A carta aponta que “o Legislativo, em sua maioria, é subserviente aos desmandos dos governos que não cumprem com sua responsabilidade patronal”. Assim, o encontro aprovou as reivindicações abaixo, que serão encaminhadas aos deputados estaduais e ao governo Serra. São elas:

1. Transformação do Iamspe em autarquia especial;
2. Contribuição paritária do estado de, no mínimo, 2% da folha de pagamento do funcionalismo;
3. Instituição do Conselho de Administração deliberativo e paritário;
4. Descentralização do atendimento na capital;
5. Manutenção e ampliação do atendimento nos Ceamas e extensão do atendimento médico-hospitalar ao interior, litoral e Grande São Paulo;
6. Implantação do Plano de Cargos e Carreiras aos funcionários do Iamspe, com salários dignos e realização de concursos públicos para o provimento de cargos;
7. Cumprimento da LC nº 971, de 10 de janeiro de 2005, que possibilita o atendimento do Iamspe em hospitais controlados por organizações sociais;
8. Obrigatoriedade, consignada em lei, de que as Santas Casas atendam os servidores do Iamspe, tendo em vista os diversos subsídios e isenções recebidos.

Contratados em CLT

Rosana questionou os palestrantes sobre a inclusão ao Iamspe dos novos servidores, que vêm sendo contratados pelo regime da CLT. “Fui informada da existência de um projeto de lei do deputado Jamil Murad, o PL 74/99, que contempla a inclusão. Porém, enquanto não for votado, o servidor celetista não poderá ser beneficiário do Iamspe,” disse.

CO aprova peça orçamentária de 2010

No dia 10/12/2009, na última reunião ordinária do CO em 2009, foi aprovado o orçamento da Universidade para 2010, no valor de R\$ 1.495.575.135,00. A peça foi constituída com base na proposta orçamentária do governo paulista encaminhada para a Assembleia Legislativa em 30/9.

Os representantes dos servidores vinculados ao “Chapão” fizeram a defesa da definição de recursos para vários itens diretamente relacionados à ca-

tegoria, como o reajuste da data-base 2010, pagamento de promoção, aumento do vale-alimentação etc. Somente este último item foi contemplado, aquém do reivindicado. Os representantes pleitearam que o benefício fosse reajustado dos atuais R\$ 275,00 para R\$ 400,00, mas o valor aprovado ficou em R\$ 300,00.

Em 2010, o Sintunesp continuará reivindicando a isonomia entre as três universidades no pagamento do vale-alimentação.